

Colônia agrícola como terra de conflito (Amazônia, século XIX).**Francivaldo Alves Nunes - Doutorando/UFF**

Nos primeiros dias de outubro de 1886 os jornais europeus passaram a publicar diversos anúncios que destacavam os esforços do governo brasileiro em promover o bom acolhimento aos colonos que desejassem se estabelecer nas terras da Amazônia. Como desdobramento da política de colonização pensada para a região, estas reportagens, caracterizada muito mais como propaganda para atrair imigrantes, destacavam os núcleos agrícolas como espaço adequado para recebimento de colonos. Nesse caso, citava-se o adiantado trabalho de demarcação e limpeza dos lotes; chegando inclusive a afirmar que aos que desejassem permanecer na província do Pará, estes receberiam terrenos prontos para o cultivo.

Os anúncios destacavam os diversos lotes que se encontravam demarcados e prontos para o cultivo, que ao todo somavam 45.000 braças quadradas. No caso dos núcleos agrícolas eram ainda destacados como portadores de uma adequada estrutura de acomodação dos colonos, com estabelecimento de diversas obras, a exemplo de casas, hospitais, escolas e igrejas, além de engenhos e serrarias onde poderiam ser beneficiados os produtos da atividade agrícola e extrativa; sem contar a possibilidade de se adquirir terras por preços irrisórios e não sujeitas a conflitos ou disputas pela sua posse.

Para o conselheiro João Henrique, então presidente da província do Pará, o problema não estava no fato de se utilizar os anúncios para estimular a imigração ao Pará, desde que a região, de fato, oferecesse as condições que estavam sendo apresentadas nos periódicos europeus. Os terrenos destinados à colonização estrangeira, diferente do que apontava as propagandas na Europa, estavam localizados no “centro de grandes matas a margem da estrada de Bragança, no lugar chamado Apeú, distante da capital do Pará”.¹ Nesse local o máximo que se tinha era um galpão para primeira morada, apenas com duas divisões, uma para os homens e outra para as mulheres e crianças. Em alguns lotes já se encontravam uma casa tendo apenas a cobertura e madeira que devia receber o barro para formarem-se as paredes. Além disso, somente as vésperas da chegada dos primeiros colonos é que se começou a abrir os poços que deviam fornecer-lhes água potável.

O conselheiro João Henrique, de fato, destaca apenas alguns, de várias dificuldades, a serem vivenciados pelos colonos europeus que se deslocavam para ocupar as terras dos núcleos coloniais na Amazônia. De início os colonos se deparavam com problemas no fornecimento da alimentação, realizado pela administração provincial através de algumas firmas sediadas em Belém. No caso, tratava-se das firmas Manuel Domingos dos Santos & CIA, Henriques Fernandes Pinto & CIA, Francisco Augusto de Barros & CIA e Antonio Henriques Correia & CIA, que estavam encarregadas de abastecer as colônias com farinha de trigo e carne; principal alimento dos colonos nos primeiros meses de permanência. A princípio, a distribuição de alimentos, no caso da farinha de trigo, era feita na proporção de 700 gramas por dia para cada grupo de 60 colonos, sendo que deveria durar em média um mês, quando um novo carregamento abasteceria a colônia. Quanto aos víveres, ou seja, a carne de gado e aves, esta era feita semanalmente.ⁱⁱ

Para manter um controle na distribuição de alimentos a Comissão de Colonização, encarregada pelo recebimento e acomodação dos imigrantes, encaminhava uma listagem às firmas fornecedoras, identificando os nomes dos colonos que estavam autorizados a receber a alimentação. Não encontramos registros da porcentagem de víveres para cada colono, no entanto, observamos uma preocupação do governo em informar às companhias que atendessem apenas “os colonos devidamente listados nos registros do governo”.ⁱⁱⁱ Essa advertência se devia ao fato de que muitos imigrantes burlavam a fiscalização e acabavam recebendo mais do que estavam sendo autorizados; o que sugere que os produtos recebidos eram insuficientes para o consumo das famílias.

A limitação na quantidade de alimentos a ser recebido por cada colono era motivo de constantes reclamações. A insatisfação recaía sobre as firmas responsáveis pelo abastecimento do núcleo; muitos entendiam que parte dos alimentos a serem distribuídos era desviada por essas companhias. Outra reclamação era quanto à qualidade dos produtos, principalmente dos víveres, que segundo os imigrantes chegavam à colônia completamente estragados, “sem qualquer condição de consumo e em quantidade insuficiente para atender a todos”.^{iv}

Diferente do que demonstrava os anúncios publicados na Europa, o governo do Pará estabelecia limites de prazos para suspender o fornecimento de alimentação; o que em muito incomodavam os colonos. Segundo o plano de colonização organizado pelo governo do Pará os imigrantes deveriam ser atendidos por apenas seis meses após a data de chegada a colônia, quando a partir de então já poderia fazer as primeiras colheitas,

garantindo a sua alimentação sem depender dos auxílios do governo. As discordâncias com os colonos estavam relacionadas principalmente ao período, considerado insuficiente para se desenvolver a preparação dos terrenos, plantio, colheita e comercialização desses produtos. Nesse sentido, muitos colonos solicitavam a prorrogação dessas datas, alegando que, passado os seis meses, suas plantações ainda não podiam fornecer o suficiente para o seu sustento e da família.

Em sessão de 18 de agosto de 1876 os membros da Comissão de Colonização, devidos as constantes reclamações, se viram obrigados a colocar em pauta as insatisfações dos colonos quanto a limite de prazo para o fornecimento de alimentação.^v A medida tomada pela Comissão era de que qualquer prorrogação só poderia ser feita mediante justificativa do imigrante, que posteriormente deveria ser confirmada pela direção da colônia. A intenção do governo com o corte no fornecimento de produtos aos imigrantes era, ao mesmo tempo em que diminuir os custos, obrigar o colono a intensificar os trabalhos nos seus lotes de forma a produzir o suficiente para atender as suas necessidades, sem não mais depender do auxílio do governo.

As condições das vias de acesso aos núcleos parece ter sido outra dificuldade a ser enfrentada pelos colonos. No caso da Colônia Agrícola Benevides localizada na província do Pará distante alguns quilômetros de Belém, com o início da estação mais chuvosa, entre os meses de novembro até março do ano seguinte, todo o trabalho de conservação das vias era destruído pelas chuvas, que abriam buracos nas partes altas da estrada, e no caso das regiões mais baixas, estas sofriam com o alagamento. Para solucionar parte desses problemas o governo provincial anunciou uma série de obras nessas estradas; o que consistiam do aterramento, além da construção de pontes de madeira nos trechos que sofriam com os alagamentos.^{vi}

Para o colono francês Pierre Bechat, a dificuldade em transportar mercadorias para a colônia se devia ao fato de ser realizado por carroças, o que exigia uma constante manutenção das estradas, como a abertura de valas nos lados da via e aterramento de buracos, conseqüências das constantes chuvas na região.^{vii} De fato, informações da diretoria de Benevides davam conta de que, durante a estação invernal, costumava se demorar até seis dias para se chegar ao porto de Benfica e retornar para Benevides; o que era conseqüência dos constantes atoleiros na estrada.^{viii}

A proposta apresentada por Bechat a Comissão de Colonização era de se fazer o carregamento de mercadorias não mais em carroças, mas nas costas dos animais por meio de “aparelhos especialmente construídos para este transporte”.^{ix} O projeto era

substituir os carros movidos a bois ou cavalos. Em vez das carroças, as cargas deveriam ser transportadas nos lombos dos animais e amarradas com correias chamadas de “seirões”. Uma “experiência de transporte que era desenvolvida nas províncias do sul e centrais do Império”, destacava o presidente da Comissão de Colonização Antonio Gonçalves Nunes.^x

As dificuldades com o transporte eram acompanhadas de reclamações quanto a organização dos lotes. Para os colonos franceses Louis Flanteau e Charles Wasman, que passaram a ocupar as terras da Colônia Benevides a partir de 1876, o núcleo precisaria ser mais bem organizado, os lotes adequadamente numerados e divididos em quadras, de até no máximo quatro lotes. Isto por que, segundo os colonos, muitos terrenos se encontravam em difícil comunicação com a estrada principal, sem contar que eram comuns discussões quanto aos limites dos lotes. Para os colonos franceses parte desses problemas poderia ser resolvida se o acesso aos terrenos pudesse ser facilitado, de forma que as transversais dessem passagem para a estrada principal, que deveria cortar ao meio a colônia.^{xi}

Diante desses problemas os colonos Flanteau e Wasman propõem a reorganização dos lotes, de forma que as novas demarcações se dessem paralelas à estrada principal e que as transversais tivessem no máximo três quadras ou seis terrenos; evitando com isso, que os lotes se distanciassem da estrada principal. Nesse aspecto, as experiências dos colonos no processo de ocupação dos lotes lhes permitiram identificar os equívocos cometidos pela administração provincial nos trabalhos de demarcação dos terrenos, demonstrando que o governo havia se preocupado em promover a delimitação dos lotes sem oferecer condições de acesso a esses terrenos.

O plano de reorganização da colônia, segundo os franceses Flanteau e Wasman, deveria prever ainda que os colonos fossem divididos de acordo com a sua nacionalidade, de forma que os lotes de uma mesma quadra fossem ocupados por imigrantes de um mesmo país ou que falassem a mesma língua.^{xii} Para uma colônia ocupada por imigrantes de diferentes nacionalidades, as dificuldades de convivência que poderiam surgir entre eles, ou parece ter sido uma questão que não foi observada pela administração provincial, ou se tratava de uma atuação estratégica das autoridades para evitar o que Zuleika Alvim chamou de “enquistamentos”.^{xiii} Para a autora o desejo de aglutinação dos imigrantes, não apenas de uma mesma nacionalidade, mas de uma mesma aldeia, dentro do Brasil era uma das causas da mobilidade dos colonos, inclusive no interior dos núcleos coloniais; o que não era visto com bons olhos pelas autoridades,

temerosas de que esse ajuntamento facilitasse a mobilização desses colonos para futura reivindicações.

Esses variados problemas enfrentados pelos colonos são responsáveis pela constante mobilidade dos imigrantes que eram conduzidos para os núcleos coloniais. Com a confirmação dos dados que demonstrava o pouco número de colonos que permaneciam nos núcleos coloniais, o governo procurava de imediato dar a sua explicação para os motivos que haviam levado muitos imigrantes a não permanecerem nas colônias agrícolas. A justificativa mais utilizada pela presidência do Para era os pesados trabalhos que a atividade de agricultor exigia, principalmente das derrubadas das matas e preparação de terrenos para o cultivo, exigindo um esforço diário desses colonos.

Para Francisco de Sá e Benevides, presidente do Pará em 1875, não apenas os difíceis trabalhos teriam provocados à saída de muitos colonos, outros fatores como a falta de experiência no trabalho agrícola, visto que muitos imigrantes pouco ou nada sabiam da lida com a terra, teria contribuído para a sua não permanência.^{xiv} João Capistrano Bandeira de Mello compartilhava dessas explicações. Nesse caso, o presidente do Pará em 1877, destacava: “os colonos estabelecidos nos núcleos coloniais, em sua maioria, não são lavradores, nem revestem amor ao trabalho e à propriedade territorial”.^{xv}

A constante saída de colonos dos núcleos coloniais fez parte de um debate em *O Liberal do Pará* de 12 de junho de 1877. De acordo com o jornal os imigrantes, diante dos obstáculos apresentados pela natureza selvagem que recobria os solos do Pará, se tornaram incapazes de arrotear as terras e delas tirarem vantagens, das quais poderiam garantir a sua sobrevivência. Isso, segundo o jornal, se devia ao fato de que “a maior parte dos que foram encaminhados para as colônias eram afeitos à vida das cidades; o que os deixava inteiramente alheios à agricultura e as habilidades que esta atividade exigia”.^{xvi} Nesse caso, os imigrantes eram classificados como totais desconhecedores das melhores terras para o cultivo, das sementes, das técnicas de plantio mais eficazes e das melhores épocas para o cultivo.

Outra justificativa apontada na imprensa para a constante saída dos imigrantes era o desconhecimento das riquezas disponibilizadas pela floresta e do quanto de lucro se poderia obter com a comercialização desses produtos. Para *O Liberal do Pará* as qualidades de homem laborioso, ou seja, “afeitos aos nossos usos e práticos em nossas coisas”, portador de habilidades para o trabalho agrícola, assim como conhecedor das

riquezas que poderiam ser produzidas na região, não eram, portanto, encontradas no imigrante.^{xvii} Nesse caso fazia-se referência à utilidade de vários produtos que poderiam ser extraídos da floresta como os paus para caibros, que podiam ser utilizados na construção de casas; os frutos silvestres, a serem aproveitados na alimentação; a varas para a construção de jiraus, cercas e estrados; os cipós para atacação; as folhas de palmeira para cobrir casas, fazer esteiras e cestos, “em fim, quase tudo quanto à natureza põe diante de seus olhos e que pode lhe proporcionar trabalho lucrativo”, sem contar “os produtos que poderiam se comercializados no mercado da capital, como urucu, azeite de mamona, dendê, e castanha”, alertava o jornal.^{xviii}

Se os imigrantes teriam meios de ganhar a vida, sem onerar a província, desde que pudesse aproveitar os recursos disponibilizados pela floresta; no caso, das autoridades provinciais, estas deveriam criar condições para que os colonos pudessem manter um permanente contato com Belém. O isolamento das colônias é apontado, pelo *O Liberal do Pará*, como um dos graves problemas enfrentados pelos colonos. Não se tratava da distância entre a capital e as colônias, mas as condições das estradas que durante quase todo o inverno eram inundadas, inviabilizando qualquer tipo de transporte. Para o jornal as conseqüências do isolamento dos núcleos de colonização eram desastrosas, não apenas porque os colonos não teriam como transportar seus produtos, mais principalmente porque, ou abandonariam a colônia, ou acabariam se habituando aos costumes dos índios, tornando-se “indolente, vegetando como selvagem, que tudo espera da natureza”.^{xix}

Esse isolamento das colônias agrícolas é identificado por Felipe de Alencastro e Luiza Renaux como responsável pela dificuldade não apenas para o transporte de alimentos para as colônias do Sul do Brasil, mas também provocava uma vivência melancólica desses colonos, provocada pelo ambiente hostil e desconhecido.^{xx}

O jornal responsabilizava a incapacidade do governo pelo que entendia como desastrosa política de colonização. De fato, o governo se mostrava incapaz de resolver os problemas não apenas de transportes para os núcleos coloniais. Quanto a outras medidas previstas pela administração provincial, como alojamentos para os colonos em casas provisórias, enquanto aguardavam a construção de suas moradias definitivas; a entrega de um lote de terra a cada família imigrante, a ser escolhido por seu responsável, já demarcado, desmatado e pronto para o cultivo; repasse do título provisório de posse, quando do início dos trabalhos de plantio; doação de um pedaço de terra para a plantação de gênero de subsistência, além do fornecimento de sementes,

instrumento de trabalho e mantimentos, durante os primeiros meses de permanência do núcleo; conforme foi noticiado nos jornais europeus, muito pouco disso foi realizado pelo governo provincial.

Os alojamentos, no caso a Chácara São José nos arredores de Belém e uma casa na Rua da Indústria não passavam de hospedarias improvisadas; sem falar dos barracões, normalmente localizados nas proximidades do núcleo, que em função da quantidade de colonos, não deixava de ser um grande depósito onde os imigrantes viviam amontoados. Quando da chegada nas colônia pouco havia sido feito nos lotes. O muito que se encontrava era uma pequena clareira que mal dava construir uma casa, exigindo do ocupante todo o trabalho de limpeza dos terrenos.^{xxi}

José Puertes que cobrava o envio de um terçado e utensílios de cozinha e mesa;^{xxii} John William que pedia roupa, calçados, redes, utensílios e ferramentas;^{xxiii} François Collé que solicitava utensílios e instrumentos de trabalho;^{xxiv} Manoel Martines que reclamava o envio de machados e utensílios;^{xxv} Victor Dan Aorte que solicitava telhas e animais doméstico;^{xxvi} e Francisco Martins que exigia o fornecimento de viveres, mantimentos e ferramentas,^{xxvii} são algumas de muitas reclamações dos colonos e que, em muitos casos, não eram atendidas pela “Comissão de Colonização”. Esta situação ao mesmo tempo em que demonstrava a dificuldade de permanência dos colonos em seus lotes, revela ainda um constante enfrentamento com as autoridades; sem contar que evidencia a incapacidade do governo em garantir as condições mínimas para que os colonos pudessem assegurar o seu sustento, através do trabalho agrícola desenvolvido nos seus terrenos.

ⁱ PARÁ. *Relatório com que o Exmo. Sr. conselheiro João Antonio d'Araújo Freitas Henriques passou a administração da província do Pará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 06 de outubro de 1886*. Belém, Typ. Da República, 1891, pp. 53-54.

ⁱⁱ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 13 de setembro de 1876, p. 01.

ⁱⁱⁱ DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de outubro de 1876, p. 01.

^{iv} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 25 de fevereiro de 1876, p. 01.

^v DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 28 de agosto de 1876, p. 01.

^{vi} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 05 de fevereiro de 1876, p. 01.

^{vii} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de abril de 1876, p. 01.

^{viii} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 20 de abril de 1876, p. 01.

^{ix} APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

^x *Ibidem*.

^{xi} APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 17 de janeiro de 1876*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1876.

^{xii} PARÁ. *Lei nº 670 de 22 de setembro de 1871*. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871.

- ^{xiii} ALVIM, Zuleika. “O Brasil Italiano”. In: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP, 2000, p. 235-236.
- ^{xiv} PARÁ *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876*. Pará, 1876, p. 49.
- ^{xv} PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877*. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877, p. 159.
- ^{xvi} O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01. Para estudos dos trabalhos que relacionam a saída de imigrantes dos núcleos coloniais como consequência da pouca experiência com os trabalhos agrícolas, destacamos: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980; CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- ^{xvii} O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.
- ^{xviii} O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.
- ^{xix} O LIBERAL DO PARÁ. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.
- ^{xx} ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 323-325
- ^{xxi} APEP. Caixa 340 (1874-1879). *Ofício da Comissão de Colonização de 21 de agosto de 1875*. Documentação Avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará. Colonização e Imigração, 1875.
- ^{xxii} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 11 de fevereiro de 1876, p. 01.
- ^{xxiii} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 15 de fevereiro de 1876, p. 01.
- ^{xxiv} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 22 de agosto de 1876, p. 01.
- ^{xxv} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 01 de abril de 1876, p. 01.
- ^{xxvi} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 01 de abril de 1876, p. 01.
- ^{xxvii} DIÁRIO DE BELÉM. *Comissão de Colonização*. Belém, 12 de fevereiro de 1876, p. 01.